

As contribuições do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) na formação continuada do programa Pacto Estadual pela Alfabetização

Givaédina Moreira de Souza
Eliata Silva

Secretaria Estadual de Educação – Coordenação de Programas Especiais
Núcleo Territorial de Educação da Bacia do Rio Grande - NTE 11- Barreiras – BA

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa autobiográfica cujo objetivo foi analisar as contribuições do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na formação continuada dos cursistas - Coordenador Local e Coordenador Pedagógico- do Programa Pacto Estadual e o que agregam na sua profissionalização docente. Esse estudo procura responder a seguinte questão: “Quais as possíveis contribuições do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), do Programa Pacto Estadual pela alfabetização, para a profissionalização dos sujeitos atuantes no programa?”. As informações foram construídas a partir das memórias narradas pelos cursistas, durante o acompanhamento do programa Pacto Estadual pela Alfabetização no Núcleo Territorial da Bacia do Rio Grande – NTE 11 – Barreiras–BA. Adotaram-se referenciais teóricos sobre a profissionalização docente, a formação continuada, na modalidade de Educação a Distância (EAD), o ambiente virtual de aprendizagem e a pesquisa autobiográfica. Participaram da pesquisa os coordenadores locais e os coordenadores pedagógicos que atuaram no programa entre 2015- 2017. A análise dos dados permite inferir que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Programa PACTO Estadual é uma ferramenta imprescindível, utilizada na formação continuada na modalidade EAD, este contribuiu de forma significativa durante a atuação no programa e na construção da identidade profissional dos cursistas.

Palavras-chave: Formação Continuada. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). PACTO Estadual. Educação a Distância.

1. Introdução

O Programa Pacto pela Educação (Pacto Estadual) na Bahia trata-se de uma parceria entre o governo do Estado com os municípios baianos, em regime de colaboração, cujo objetivo é assegurar aos estudantes o direito de estarem alfabetizados até os oito anos de idade, conforme meta cinco (05) do Plano Nacional de Educação (PNE). O Pacto está organizado em quatro eixos: gestão, formação, avaliação e materiais didáticos.

Os principais eixos do programa Pacto são: gestão, formação, avaliação e materiais didáticos. No Eixo de Gestão, as principais ações estratégicas foram voltadas para a formação, de modo a favorecer a política pública de alfabetização de crianças; apoio na mobilização municipal para implantação e implementação dos Núcleos de Estudos em Alfabetização e Letramento (NALFA); Orientação e acompanhamento na elaboração do Plano de Gestão do NALFA e das Diretrizes do Ciclo de Alfabetização; Acompanhamento *in loco* aos municípios prioritários e acompanhamento virtual aos municípios não prioritários. Monitoramento dos municípios adidos; Reuniões técnicas com dirigentes os municipais para acompanhamento das ações desenvolvidas pelo programa.

No Eixo Formação, as principais ações estratégicas foram: formação de formadores e supervisores da Coordenação de Programas Especiais (COPE); Formação de coordenadores pedagógicos e coordenadores locais da rede municipal; Formação dos professores do 1º ao 3º ano da rede municipal; Formação dos coordenadores pedagógicos e professores do 1º ao 3º ano da rede estadual (incluindo as escolas indígenas).

No Eixo avaliação / acompanhamento destacam-se: avaliação e monitoramento das ações de gestão, de mobilização e de formação nos municípios; Apoio aos municípios na realização de avaliações diagnósticas e avaliações externas, propondo reflexões interventivas a partir dos resultados; Monitoramento dos resultados do programa Acompanhamento in loco e virtual aos municípios prioritários, destacando os nove municípios “prioritários”; Acompanhamento virtual por meio do AVA aos municípios não prioritários .

Em relação ao eixo material didático destacam-se: a elaboração e a distribuição da Proposta Didática para Alfabetizar Letrando do 1º ano; a distribuição de Material Didático da Proposta de Alfabetização Matemática para o 1º e 2º ano; a distribuição da 1ª Coleção Pactos de Leitura com 19 títulos de Literatura Infantil; a seleção, organização e distribuição da 2ª Coleção Pactos de Leituras, com 21 títulos de Literatura Infantil, para as classes de 1º e 2º ano.

A configuração do Pacto Estadual foi inspirada no Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, do estado do Ceará. A origem do PAIC aponta para o trabalho desenvolvido pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, criado em 2004, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. O Comitê era constituído pela Assembléia Legislativa, UNICEF, APRECE, UNDIME/CE, INEP/MEC, e Universidades Cearenses como UECE, UFC, UVA, URCA e UNIFOR; com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, contando com a adesão de 60 municípios, através de um pacto de cooperação.

O Pacto traz na sua configuração os seguintes atores responsáveis pela dinâmica de formação, gestão, avaliação e materiais didáticos:

- Formadores estaduais

Responsabiliza-se pela formação dos coordenadores pedagógicos e coordenadores locais; acompanha as atividades dos coordenadores pedagógicos junto aos professores alfabetizadores e aos coordenadores de escola; analisa em conjunto com os coordenadores pedagógicos, os relatórios das turmas de professores alfabetizadores, dos coordenadores de escola e orienta os encaminhamentos; Coordena, acompanha e monitora os coordenadores de escola e os professores alfabetizadores nos municípios; media o Ambiente Virtual de Aprendizagem para aprofundamento, socialização, registro e monitoramento das experiências de formação e acompanhamento.

- Coordenador Local

Responsabiliza-se pela articulação da política de alfabetização no município, para tanto mobiliza a equipe para o funcionamento do Núcleo Municipal de Estudos em Alfabetização e Letramento – NALFA e para a elaboração do Plano de Trabalho do NALFA; supervisiona o desenvolvimento do programa nas escolas de seu município, por meio de visitas periódicas e preenchimento de protocolos de monitoramento para a produção de relatórios de gestão; coordena as ações da Secretaria Municipal de Educação na aplicação e infraestrutura das avaliações internas e externas, assegura que os Professores Alfabetizadores realizem o registro, a análise e intervenções a partir dos resultados obtidos pelos alunos.

- Coordenador Pedagógico

Responsabiliza-se pelas ações de formação dos professores alfabetizadores do Ciclo inicial (1º ao 3º anos), acompanha a sala de aula, no que concerne ao fazer pedagógico; assegura o apoio aos professores alfabetizadores no processo de planejamento e organização de práticas alfabetizadoras; auxilia o professor no processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes, bem como no registro e análise dos dados das avaliações externas, tendo em vista o planejamento das intervenções necessárias para garantir tanto a progressão do ensino como da aprendizagem; faz uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem para aprofundamento, socialização, registro e monitoramento das experiências de formação e acompanhamento.

A primeira ação do Pacto Estadual foi a realização de curso de formação em 2011 para os formadores que iriam atuar com os orientadores de estudo do 1º ano do ciclo inicial. Em 2012 aconteceram os encontros de formação para os professores alfabetizadores. Nos anos 2013 e 2014, ocorreram simultaneamente, no estado da Bahia, os programas: Pacto Estadual e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Em 2014 houve uma experiência piloto em um dos polos – município de Seabra, a fim de analisar a possibilidade de integrar os dois programas. Durante esse período de experimentação, ano de 2014, o Pacto Estadual desenvolveu ações de formação dos professores do Ciclo de alfabetização (1ºano) nas áreas de português e matemática. Em 2015, teve início a formação dos Coordenadores Pedagógicos Multiplicadores (CPMs) dos municípios que deveriam multiplicar a Proposta de Alfabetização na Perspectiva do Ciclo, abrangendo também as classes 4º e 5ºanos.

A integração dos dois programas ocorreu apenas em novembro de 2015, o que fortaleceu o programa estadual, pois a Secretaria da Educação do Estado (Sec-Ba) propôs aos municípios a ampliação da rede de apoio aos professores alfabetizadores do ciclo inicial da alfabetização (1º ao 3ºanos), por meio da realização da formação de coordenadores pedagógicos das escolas e dos professores do ciclo complementar de alfabetização (4º e 5ºanos), sob a responsabilidade do coordenador pedagógico multiplicador.

Em 2017, o Programa passou a integrar a Coordenação de Programas Especiais (COPE), da Secretária de Educação do Estado; No ano de 2017 foram 381 municípios adidos, 381 coordenadores locais, 572 coordenadores pedagógicos das secretarias municipais de educação, 34 formadores estaduais de turmas e 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE) no Estado da Bahia, instância representativa da Secretária de Educação nos territórios identidades baianos. Para realizar a pesquisa, escolhi o Núcleo Territorial da Bacia do Rio Grande, correspondente ao NTE 11, porque atuo neste território como formadora do Programa Pacto Estadual. Atualmente conhecida como Território de Identidade da Bacia Rio Grande¹, na microrregião dos Chapadões do Rio Grande, às margens do Rio São Francisco. Sua sede fica a uma altitude de 430m, próxima a confluência do Rio de Ondas com o Rio Grande no vale entre as serras da Bandeira e a serra do Mimo. Barreiras limita-se ao norte com o município de Riachão das Neves, ao sul com o município de São Desidério, a leste com os municípios de Angical e Catolândia, e a Oeste com os municípios de Luís Eduardo Magalhães e o estado de Tocantins, conforme Figura 1.

¹ Através de uma medida governamental, a partir de 2007 a reorganização do estado aconteceu com base na proposta de territorialização. Assim, o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande é formado por quatorze municípios: (Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, São Desidério, Santa Rita de Cássia e Wanderley. Compreende uma área territorial de 75.388 km², dentre eles, Barreiras, sendo o 3º maior em extensão territorial e o 1º com a maior população.



Figura 1: Mapa de Barreiras

Fonte: [www. Barreiras.ba.gov.br](http://www.Barreiras.ba.gov.br)

O Pacto Estadual conta também com um acervo de materiais didáticos produzidos no âmbito da Sec-Ba. Deste material didático destacam-se: Proposta Didática para Alfabetizar Letrando do 1º ano; Proposta de Alfabetização Matemática para o 1º e 2º ano; a 1ª Coleção Pactos de Leitura com 19 títulos de Literatura Infantil; a 2ª Coleção Pactos de Leituras, com 21 títulos de Literatura Infantil, para as classes de 1º e 2ºano. Todo o material produzido é distribuído na versão impressa para os municípios adidos ao programa. Além da versão impressa, a 1ª Coleção Pactos de Leitura é disponibilizada na versão digital através do AVA do Pacto.

Quanto à abrangência do Programa Pacto pela Educação no NTE 11, os envolvidos: 23.052, sendo 14 coordenadores locais; 19 coordenadores pedagógicos multiplicadores; 821 professores do Ciclo inicial (1º ao 3ºano) turma regular; 294 professores do Ciclo inicial (1º ao 3º ano) turma multisseriada; 18.691 alunos do Ciclo inicial (1º ao 3º ano) turma regular; 2.953 alunos do Ciclo Inicial (1º ao 3º ano) turma multisseriada; 260 coordenadores pedagógicos da unidade escolar.

A formação continuada como política nacional é entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola, e pautar-se no respeito e na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente. Logo, a formação continuada se constitui no conjunto das atividades de formação desenvolvidas ao longo de toda a carreira docente, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e ao aperfeiçoamento da prática docente. Os coordenadores locais e os coordenadores pedagógicos do Programa Pacto pela Alfabetização, encontram-se imersos na formação presencial e virtual na modalidade EAD. A educação a distância aparece, então, “como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial” (BELLONI, 2009, p.3).

O fato é que o ensino na modalidade a distância é um desafio para a maioria dos docentes, exemplificam Moore e Kearsley (2011), especialmente por esse ser intermediado por uma tecnologia, permeando as práticas pedagógicas na EAD.

O curso em EAD em muito difere no tempo e espaço da tradicional educação presencial, e o professor passa a ser um mediador no acesso à informação durante o processo de ensino- aprendizagem, exigindo desse profissional novas competências, uma vez que ele precisa ser sensibilizado e preparado para utilizar todo o potencial educativo das tecnologias disponíveis para a EAD e, assim, provavelmente, novos saberes vão sendo construídos.

Sendo assim, torna-se essencial que os cursos de formação de professores com o uso das tecnologias ofereçam, não apenas o instrumental técnico, mas, sobretudo, a oportunidade de produzirem saberes próprios, através da aprendizagem colaborativa e contínua, da troca de experiências e da construção de redes de conhecimento, do desenvolvimento pessoal do cursista-formador, a fim de que possa, como evidencia Nóvoa (1995, p.26), “desempenhar, simultaneamente, seu papel de formador e formado”.

O professor hoje precisa estar consciente de que faz parte de um todo educacional e assim como as informações, as tecnologias evoluem e se modernizam, o professor deve acompanhar essa evolução e fazer parte da transformação escolar.

Segundo Antônio Nóvoa:

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo “formar e formar-se”, não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dimensões próprias da formação. Mas também não tem valorizado uma articulação entre a formação e os projetos das escolas, consideradas como organizações dotadas de margens de autonomia e de decisão de dia para dia mais importantes. Estes dois “esquecimentos” inviabilizam que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional dos professores na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente. (NÓVOA, 1995, p.24).

Como formadora de professores, nos últimos dezessete anos, percebi que na formação também se deve valorizar os saberes da experiência, visto que assim, o indivíduo tem a oportunidade de a cada nova experiência fazer uma reflexão sobre sua prática docente. A unificação dos diversos saberes contribuirá de forma contundente para a formação da identidade profissional do professor.

Segundo Ramalho et al (2004, p.49), “cada profissão apresenta sua própria caracterização histórica, disciplinar, socioeconômica e política”. Portanto, levar em conta tais aspectos garante a compreensão da gênese, dos caminhos do desenvolvimento e as perspectivas de atendimento às necessidades contextuais de cada profissão, principalmente da profissão docente. Como bem ilustra Ramalho et al (2004, p. 52-53):

O profissionalismo é um processo político que requer trabalho num espaço público específico que não se resume ao domínio da matéria, ainda que necessário, mas não o suficiente. O professor, além do domínio do conteúdo, precisa conhecer as metodologias de ensino, as epistemologias da aprendizagem, os contextos e diversos fatores para que esteja apto a educar.

Segundo Pimenta (2000, p. 19), uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições, mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade.

É bom lembrar que ninguém se torna professor de repente. Essa passagem é um processo que se dá durante todo o curso de formação. O desenvolvimento profissional corresponde a graduação necessária, somado ao conhecimento acumulado ao longo da vida. É essencial atualizar-se sempre. Por isso a necessidade da formação continuada. Conforme Pimenta:

O desafio, então, posto aos cursos de formação inicial é o de colocar no processo de passagem dos alunos de seu ver o professor como aluno ao seu ver-se como professor. Isto é, de construir a sua identidade de professor. Para o que os saberes da experiência não bastam. (PIMENTA, 2000, p.20).

Os professores detêm conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo de seu processo de vida e formação; conhecimentos que explicitam nas ações que desenvolvem no interior da sala de aula; conhecimentos que atualizam a cada dia, em sua relação com os alunos e com seus pares, nas experiências que vivenciam dentro e fora do ambiente escolar sempre que refletem na ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação (SCHÖN, 1992).

Como Nóvoa (1995) e outros autores já afirmaram, é importante dar voz aos professores, trazer à tona o saber que eles possuem e colocá-lo em pauta na formação continuada. Nesse sentido, é sempre importante proporcionar ao docente a oportunidade de visitar suas experiências profissionais e de formação para, por meio delas, analisar a sua atuação no presente.

Assim, entende-se a importância de pesquisar sobre as contribuições do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) identificar no ava, na formação continuada dos coordenadores locais e dos coordenadores pedagógicos e na sua profissionalização docente, à luz do entendimento dos próprios cursistas enquanto partícipes da pesquisa e do diálogo com pesquisadores da área de formação e profissionalização, porque é necessário entender como esse programa que já tem seis anos, insere-se no cotidiano e profissionalização docente, na perspectiva de perceber os avanços em relação às próprias concepções de alfabetização e seus processos diversos, melhorias nas políticas públicas, na implementação de programas de ensino, de tecnologias educacionais, bem como na formação de professores e a sua valorização, a universalização da escola e a democratização do ensino, as mudanças didáticas e pedagógicas nas práticas de alfabetização e, também, a continuidade do programa.

E, por termos registros das memórias formativas produzidas no período de 2015 a 2017, Entre os profissionais que atuaram no período escolhido, localizamos os 12 (coordenadores locais e pedagógicos) que continuam atuando em 2017 e propusemos a eles uma questão que viria a complementar as informações que já estavam disponíveis, adotamos princípios da abordagem (auto)biográfica para o levantamento e tratamento das informações, pois observamos que, nas pesquisas educacionais, o método (auto)biográfico é utilizado como dispositivo investigativo e formativo tanto na formação inicial e continuada de professores, quanto nas pesquisas que estudam as memórias e (auto)biografias de educadores (SOUZA, 2006).

Assim, entende-se a importância de pesquisar sobre as contribuições do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na formação continuada dos profissionais da educação, pois, através de ambientes virtuais de aprendizagem pode-se atender a grande demanda por formação, uma exigência da contemporaneidade.

Com base nesses pressupostos, o Programa Pacto pela Alfabetização tem utilizado o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) como uma das ferramentas para realizar estudos, acompanhamento e as orientações das ações do programa nos municípios. Oportunizou uma maior interação entre o cursista e o formador, à medida que eram disponibilizados diversos materiais e meios interativos, estes facilitavam a realização de todas os círculos formativos.

2. Educação em EAD

A educação a distância vem se configurando, cada dia mais, como uma modalidade de ensino que atende às necessidades das pessoas para adquirir-construir conhecimento. Isto se deve, entre outras coisas, aos avanços tecnológicos, que possibilitaram a ampliação dos recursos utilizados, às exigências atuais de educação continuada, e, também, à suspensão de barreiras geográficas, principal atributo da EAD, que possibilita aos usuários acesso aos múltiplos e globais canais de informação necessários à construção do conhecimento, sem deslocamentos.

No campo profissional, a educação a distância é hoje uma alternativa de modalidade educacional muito apropriada para atender a demanda por pessoas mais qualificadas diante de novos processos de produção, novas profissões e novos espaços de construção do saber. Todos os que têm acesso a este recurso, têm aí um excelente veículo para aprimorar seus conhecimentos.

No processo evolutivo dos aspectos legais que apoiam a educação a distância no Brasil, pode-se perceber embora ainda de forma tímida, um avanço em cada legislação apresentada. “Inicialmente a concepção de EAD enfatizava a auto-aprendizagem, descaracterizando o processo de ensinar e aprender que se pauta no tripé professor-aluno-objeto do conhecimento” (ALVES, 2007, p. 63). No Decreto n. 5622/05 essa ênfase foi totalmente retirada e no seu artigo 1º., que caracteriza a educação a distância como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didática pedagógica nos

processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A educação a distância não surgiu do nada: ela tem uma longa história de experiências, sucessos e fracassos. Para Kenski (2006) a sua origem vem desde os tempos das cartas de Platão e das epístolas de São Paulo, e seu desenvolvimento pode ser descrito em quatro gerações que sempre acompanharam os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época. A primeira geração é caracterizada pelo material impresso; a segunda usufruiu dos programas radiofônicos e televisivos, fitas de vídeo e material impresso; a terceira geração acontece com a incorporação da informática aos processos de produção de material impresso, e a quarta etapa se beneficia das inovações da web que possibilitaram avanços na educação a distância.

Para Morgado (2003) o ensino *online* – tal como o ensino a distância convencional, pressupõe a mediação tecnológica para ultrapassar a distância entre o que ensina e o que aprende. Contudo, o ensino *online* apresenta uma marca distintiva das gerações anteriores de ensino a distância pela possibilidade que a tecnologia introduziu de permitir diminuir a distância entre os próprios estudantes.

A EAD assume patamares relevantes no panorama educacional brasileiro, haja visto a sua credibilidade crescente na criação de oportunidades e de democratização do acesso à Educação, em especial na formação continuada e superior de professores, contribuindo para a promoção de oportunidades de acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade em municípios mais distantes dos grandes centros que antes eram desprovidos de instituições de Ensino Superior e concorrendo para fomentar a democratização e interiorização do Ensino Superior, reduzindo as desigualdades.

Na perspectiva de definir a Educação a Distância compreendida de acordo com o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, esta nos mostra como: Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998).

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, mostra a evolução do conceito da EAD, revogando o supra, ao definir como modalidade. A educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Neste sentido, educandos e educadores, mesmo estando em lugares e tempos diversos, sem necessariamente estarem distantes, são auxiliados pelas tecnologias de comunicação e informações (TIC) para aproximar e encurtar distâncias e facilitar os processos e promover a Educação a Distância. Esse dispositivo legal traz a importância da aproximação do professor com o aluno ainda que separados geograficamente, situando-os como sujeitos do processo por meio das TIC.

Lembramos que a Educação carece ser pensada com foco na Educação e não na modalidade a ser escolhida. A distância não pode significar distante do foco que é a aprendizagem. A escolha do currículo específico para a modalidade a distância estabelece relevante distinção no processo. Demo (2008) acentua, para conseguir que o aluno aprenda bem, é mister, antes de mais nada, que a própria Universidade saiba aprender bem.

Ainda consoante Moran (2000), EAD de qualidade é aquela que ajuda o aluno a aprender. Não se mede isso pelo número de alunos envolvidos, mas pela seriedade e coerência do projeto pedagógico, pela qualificação dos gestores, educadores e mediadores, bem como pelo envolvimento dos alunos. Corroborando com a ideia de Moran, Andrade (2010) acentua que, quando feita com qualidade, a EAD passa a ser vista com otimismo e respeito.

3. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na formação continuada do programa pacto estadual pela alfabetização

Previsto para funcionar na modalidade presencial, o Programa *Pacto pela Educação* utiliza material impresso, vídeos e atividades à distância conduzidas pela equipe de profissionais (técnicos e formadores), que interage no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Pacto), com as equipes de atores municipais (coordenadores locais e coordenadores pedagógicos). As atividades à distância foram desenvolvidas entre os anos de 2011 e 2012 no AVA-Pacto, objetivando promover a interação e fortalecer a formação, por meio da socialização de materiais diversos, relatórios dos encontros de formação, devolutivas em relação ao que os municípios apresentam no referido ambiente, entre outros. Em 2015 retornou com o mesmo propósito.

O Programa utiliza o Ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*). Este ambiente de aprendizagem é um Learning Manager System/LMS (sistema gerenciador do aprendizado) dinâmico, modular e orientado a objetos que contém características de programas com fonte aberta (*open source Software/OSS*) o que lhe permite ser instalado, usado e modificado por diferentes organizações sem grandes custos, inclusive até mesmo distribuí-lo, evidentemente nos termos da *General Public Licence/ GP*. É uma plataforma de aprendizagem potencialmente interativa que integra múltiplas mídias, linguagens e recursos: agrega planilhas eletrônicas, sistema de gerenciamento de banco de dados, e soluções de hipermídia, possibilitando também o uso de novos uso de novos módulos a serem programados, em linguagens tais como PHP, JAVA, XML e outras.

Isso significa que o *Moodle* suporta trabalhar com todo o conjunto de ferramentas lógicas de modelagem computacional e de programação. As informações disponibilizadas nesse tipo de ambiente podem estar no formato de textos, sons e/ou imagens, e a comunicação todos com todos pode tomar diversas formas, por meio de ferramentas como correio eletrônico, fórum, *chat*, entre outros. Enfim, os recursos disponíveis são, basicamente, os mesmos existentes na internet e, por meio de *links* é possível navegar tanto no próprio ambiente quanto em outras páginas e sites da internet.

Outra característica importante observada nesta plataforma é a sua flexibilidade de utilização em várias áreas de aplicação. Para atender a demanda do Programa Pacto pela Alfabetização, foram abertas quatro salas com objetivos diferenciados, a saber: Formadores Estaduais; Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Locais e Coordenadores Pedagógicos.

Vale ressaltar, que as salas dos coordenadores pedagógicos e dos coordenadores locais possuem espaços diferenciados que ajudam a ampliar os conhecimentos acerca do programa, bem como, ação de acompanhamento presencial - as turmas de alfabetização são acompanhadas, com o objetivo de orientar e apoiar professores alfabetizadores, coordenadores locais e coordenadores pedagógicos, com a intenção de captar indicativos e ouvir da equipe local possíveis demandas. O material dos círculos formativos do Programa encontra-se postado nas salas ambiente. De acordo com a estrutura do programa, temos três círculos formativos presenciais e dois círculos formativos virtuais. O material de cada círculo encontra-se em pastas específicas bem como em links de postagens dos materiais referentes ao desenvolvimento dos mesmos. Na sala ambiente, constam as datas das postagens, de avaliação e de fechamento de cada círculo formativo.

Além disso, existem instrumentos específicos do Programa e que a formação no município deve seguir as diretrizes enviadas, respeitando também a carga horária de cada momento formativo. Cada formador de Núcleo Territorial de Educação - NTE, dialogará com os instrumentos postados através de comentários e feedback. Para tanto, as postagens devem cumprir os prazos estabelecidos, fortalecendo a parceria Estado-Municípios.

Ao final de todo Círculo Presencial é postado um link na sala ambiente para avaliação do encontro. Esta é uma atividade necessária. Já nos círculos virtuais, fóruns e atividades de formação serão espaços responsáveis pela Rede de Aprendizagem. Uma vez que este

ambiente permite uma personalização, buscou-se integrar aos seus contextos diversos suportes de comunicação capazes de proporcionar compartilhamento e convivência virtual.

O ambiente de aprendizagem é um sistema que fornece suporte a qualquer tipo de atividade realizada pelo cursista, isto é, um conjunto de ferramentas que são utilizadas em diferentes situações do processo de aprendizagem. Este ambiente poderá ser muito rico, porém, se o aluno não desenvolve atividades para o aproveitamento de seu potencial, nada acontecerá. Numa formação a distância, o papel desempenhado pelo sujeito da aprendizagem não pode estar reduzido à passividade de um mero receptor que olha, copia, repete; ele precisa ser considerado como co-autor da comunicação e da rede de conhecimentos, criando, modificando e tecendo novas e complexas ações.

Na possibilidade da construção de conhecimento pelo cursista através de ambientes de aprendizagem, destaca-se a natureza construtivista de aprendizagem: os indivíduos são sujeitos ativos na construção dos seus próprios conhecimentos.

É preciso considerar que aprendizagem acontece quando o professor propõe conhecimento, e não o distribui. Corroborando com essa ideia, Santos assevera:

O conhecimento deve ser concebido como fios que vão sendo puxados e tecidos, criando novas significações, algumas irão conectar-se a novos conhecimentos, outras serão refutadas ou serão ignoradas pelos sujeitos “nós” até que novos fios sejam tecidos a qualquer tempo/espaço na grande rede que é o próprio mundo. (2003, p. 40)

Situações problemas ou estudos de casos, pesquisas, conteúdos contextualizados e carregados de significado para o cursista, valorização dos saberes que o participante já traz e ajustar o apoio pedagógico ao processo de cada um, e pode propiciar a aprendizagem pela experiência e a construção de pontes entre teoria e prática. Por esta razão exige um repertório prévio do cursista e uma qualificação do formador ou elaborador do ambiente virtual de aprendizagem. Para que ocorra a construção de conhecimento, a aprendizagem no ambiente da educação a distância não pode ser passiva. Aprender é um processo ativo. Os estudantes não são apenas responsáveis pela sua conexão, mas também devem contribuir com o processo de aprendizagem por meio do envio de mensagens com seus pensamentos e suas ideias. Ao fazerem isso, cursistas e formador estão criando uma rede de aprendizagem, onde os fios são compostos pela interação entre eles.

Um dispositivo de suporte à inteligência coletiva utilizado no curso foi o fórum também chamado de *Newsgroup* ou *Use Net group*. A palavra fórum, originalmente, designava lugar de reunião na Roma Antiga e, por metonímia, passou a significar reunião, espaço para discussões públicas. O fórum, espaço virtual de uma comunidade, no qual são publicadas opiniões, reflexões e respostas às colaborações, possibilitou trocas de saberes e/ou experiências e a construção de discursos e representação da interatividade a partir da discussão de assuntos de interesse dos envolvidos na experiência educativa (cursistas e formador).

As atividades virtuais dos círculos formativos ampliaram as discussões em torno da Avaliação no Ciclo de Alfabetização na sua dimensão processual, continuada e diagnóstica; A Importância do Registro do Professor no Ciclo de alfabetização, rompendo com a lógica de comunicação unidirecional do ensino clássico e incentivando a comunicação colaborativa. Vale ressaltar, que as atividades propostas nesses círculos, dialogaram com o desejo de contribuir para a mudança da práxis pedagógica em torno da avaliação no Ciclo de Alfabetização, como nos alerta o texto de estudo “uma mudança profunda implica uma reflexão acerca dos princípios que regem nossa ação pedagógica e que nos darão a base para a construção de nosso projeto pedagógico e para os processos de avaliação que estiverem aí inseridos”.

Os ambientes virtuais de aprendizagem são propícios a aprendizagem colaborativa e a socialização e disseminação do conhecimento, bem como para permitir atitudes autônomas dos partícipes. Apesar da instrução mediada pela rede esteja em harmonia com a visão construtivista do conhecimento, e embora ela ofereça um grande potencial para as práticas centradas no aluno, não há nada inerente ao meio virtual que conduza a isso. A ênfase, portanto, não deve, obrigatoriamente, estar na virtualização dos conteúdos, mas na mudança

de paradigma e naturalmente na qualidade da educação.

Considerações finais

Iniciamos a leitura das narrativas e percebemos que a experiência profissional do coordenador local e do coordenador pedagógico, revela-se pela identificação de quais mudanças ocorrem na prática pedagógica dos alfabetizadores e dos coordenadores escolares que, no delineamento do programa, são os sujeitos dos cursos ministrados pelos cursistas. Esse profissional promove os estudos dos coordenadores escolares e dos professores alfabetizadores que, por sua vez, organizam e acompanham os alunos do ciclo de alfabetização e, por fim, esses também são profissionais da educação atuando como formadores, denominados de coordenadores, e responsabilizam-se pela formação dos alfabetizadores.

Em suas memórias pedagógicas e formativas, ao descreverem seu trabalho, os cursistas destacam o que o seu trabalho proporcionou ao outro sujeito – o alfabetizador e o coordenador de escola. Percebemos que sobressaem, em suas narrativas, as experiências de práticas de sala de aula que foram exploradas nos encontros de formação e que foram implementadas na sala de aula dos alfabetizadores, com ênfase na intrínseca relação teoria-prática, pois na rede de formação, em todos os momentos, são promovidos estudos, discussões e oficinas.

Além disso, apontam que o Ambiente Virtual de Aprendizagem por suas possibilidades interativas e comunicacionais permite que o conhecimento seja socialmente construído com base em linguagens e práticas, frutos das interações entre indivíduos.

O referido ambiente por sua interface dialógica, crítica e coletiva potencializa a interlocução entre os sujeitos e entre estes e as tecnologias de informação e comunicação. Nesta perspectiva contribuiu sobremaneira para a formação e profissionalização docente uma vez que foi possível vivenciar uma dinâmica didático-midiática que serve para construir aprendizagem bem como para vislumbrar projetos e desafios para a vivência em sala de aula, com alunos, através de desafios, jogos, simulações, redes sociais de comunicação entre outros recursos.

O AVA na formação continuada do Programa Pacto Estadual permitiu ainda vivenciar e compartilhar o cotidiano das escolas e dos desafios que os cursistas se deparam para atender as demandas da sociedade contemporânea - marcada pelo avanço das tecnologias de comunicação e informação e pela facilidade de acesso a um volume crescente de conhecimento. Essas trocas interativas são fundamentais para o professor contemporâneo pela possibilidade de enfatizar a aprendizagem e o processo de construção coletiva do conhecimento, em que domínio e a reinterpretação crítica da realidade caracterizam as ações de trabalho pedagógico. Vale ressaltar que é uma ferramenta de trabalho bem eficaz, bem elaborado, acessível a qualquer cursista, proporcionando leituras, favorecendo descobertas, aprendizado e crescimento profissional.

Para análise das respostas a questão proposta em 2017, procedemos a classificação das informações a partir de um exame minucioso destas. Em seguida, realizamos a categorização a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2007); e destacamos as palavras mais recorrentes nas memórias narrativas que indicavam as possíveis contribuições do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), do Programa Pacto Estadual pela alfabetização, para a profissionalização dos sujeitos atuantes no programa conforme mostra a figura 2.



Figura 2. Palavras recorrentes nas memórias narrativas dos coordenadores locais e pedagógicos

Na identificação dessas palavras, é possível inferir que, durante o percurso formativo promovido pelo Programa Pacto Estadual pela alfabetização, na exigência de leituras e discussões coletivas e no desenvolvimento do trabalho como formador junto ao grupo de alfabetizadores e coordenadores escolares, o cursista integra a sua formação pessoal e profissional conhecimentos teóricos e práticos que promovem mudanças em sua identidade profissional. E o ambiente virtual de aprendizagem contribuiu para essa profissionalização.

A análise das informações obtidas, nesta primeira fase da pesquisa, mostra o quanto foi pertinente a participação e o envolvimento do cursistas, o que indica a necessária intensificação da política de alfabetização no âmbito municipal. Acredita-se ser de fundamental importância a consideração de competências tecnológicas no exercício da profissão docente. Nesse sentido, a competência eletrônica deve ser compreendida como uma competência para a ação específica de professores para dominar as tecnologias de aprendizagem.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem- moodle, é um sistema que contribui para universalização da educação, acesso ao ensino superior, formação e requalificação de professores. Pode-se dizer que esse processo formativo realizado utilizando o Ambiente Virtual Aprendizagem (AVA) consistiu em uma excelente opção de mídia que para mediar o processo ensino aprendizagem a distância.

Ademais, o processo ensino-aprendizagem fluiu de forma significativa para as interações formador-cursista. Fatores como tecnologia, interação, cooperação e colaboração entre aprendizes e formadores contribuem para a efetividade do ensino e, conseqüentemente da aprendizagem.

Conforme afirma Moran (2003, p.1), ensinar e aprender, hoje, não se limita ao trabalho dentro da sala de aula. Esse processo sugere uma transformação do que fazemos dentro e fora dela, no presencial e no virtual, além de um planejamento das ações de pesquisa e de comunicação que possibilitem continuar aprendendo em ambientes virtuais, acessando páginas na Internet, pesquisando textos, recebendo e enviando novas mensagens, problematizando questões em fóruns ou em salas de aula virtuais, divulgando pesquisas e projetos.

Dessa forma, entendemos que o Ambiente Virtual de Aprendizagem tem grande potencial para o processo de formação continuada e ensino-aprendizagem, pois a concepção propicia uma educação para a prática da liberdade. O AVA tem a função de possibilitar a orientação para o planejamento da formação dos professores alfabetizadores e dos coordenadores escolares; espaço para disponibilização de registros escritos de experiências; arquivamento dos referenciais para aprofundamento do estudo presencial e de materiais didáticos para formação dos professores; realização de fóruns de discussão;

organização da memória do processo de efetivação das ações do Pacto nos municípios e no Estado. Espaço, sobretudo, de formação e de auto-formação dos sujeitos, capaz de mobilizar aprofundamentos teórico-metodológicos sobre a política de alfabetização em desenvolvimento. Representa, também, uma interface tecnológica imprescindível entre municípios e Estado na gestão e acompanhamento da política de alfabetização.

O Programa dispõe de instrumentos próprios para o registro de cada estratégia do processo formativo. No caso do acompanhamento, há um formulário que serve de sugestão e indica os elementos a serem observados no contexto escolar e da sala de aula. Não é orientação da coordenação do Programa a perspectiva da fiscalização aos professores alfabetizadores nas visitas de acompanhamento.

Ao longo desse estudo, registramos o quão controverso tem sido o uso dos instrumentos de trabalho utilizados como estratégias de organização de dados, avaliação e replanejamento das práticas e ações. O formador e o cursista relataram que o excesso de relatórios, planilhas, além do preenchimento de informações nos sistemas locais e estadual produzem uma burocratização que interferem qualitativamente na administração do tempo. De modo geral, os profissionais sugerem a redução e objetivação do uso de alguns formulários, de modo a contemplar as informações mais relevantes para o melhor desenvolvimento do Programa.

Referências

ALMEIDA, Cláudia Zamboni de; VIEIRA, Martha Barcellos; LUCIANO, Naura Andrade. Ambiente Virtual de Aprendizagem: uma proposta para autonomia e cooperação na disciplina de informática. 1999. Disponível em <<http://www.fisicastronomorais.com/ambvirtua.htm>>. Acesso em: 30, dez. 2017.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 5ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BENINCÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloísa (Org.). **Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 99-109.

BRASIL. **Decreto nº 6.755** de janeiro de 2009, Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm> Acesso em: 27 ago. 2017.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010, p. 31-57.

GARCIA, Carlos Marcelo, **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 2001

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba; ANDRÉ, Marli Eliza Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. Tradução de Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. MORAN, J. M. **Educação inovadora presencial e a distância**. 2003.

Disponível em: Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

MORGADO, Lina. Os novos desafios do tutor a distância: o regresso ao Paradigma da sala de aula. Discursos: perspectivas em Educação. Universidade Aberta, n. 1 p. 77-89. 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMALHO, Betânia Leite; NUNEZ, Isauro Beltran; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SCHÖN, Donald A. In: NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Revista Educação UFSM**, Santa Maria, v. 39, n. 1, pp. 85-104, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/11344/pdf> Acesso em: 15 ago. 2017.